

Comunicação: campo de mediações e de complexidade

Sandra Portella Montardo*

Índice

1 O campo acadêmico da comunicação e sua incompatibilidade com o campo científico	1
2 Comunicação enquanto mediação	6
3 Sobre o Paradigma da Complexidade	9
4 A Teoria das Mediações e o Paradigma da Complexidade em três pontos	11
5 Bibliografia	16

Este trabalho visa estabelecer uma relação entre a Teoria das Mediações, proposta por Jesús Martín-Barbero, e o Paradigma da Complexidade, de Edgar Morin. Os termos dessa relação são dados por três pontos: a questão do sujeito, a questão da realidade descontínua e a questão da Transdisciplinaridade. Isso no sentido de associar-se a crise pela qual passa o campo acadêmico da co-

*Doutora pelo PPGCOM da PUCRS, Linha de Pesquisa Comunicação e Tecnologias do Imaginário (2004), fez Estágio de Doutorado na Paris V, Université René Descartes, Sorbonne (dezembro2003-junho2004), participou das sessões do GRETECH/CeaQ. Professora e pesquisadora do Curso de Comunicação Social do Centro Universitário Feevale, em Novo Hamburgo, RS, pesquisadora do Grupo Comunicação e Cultura, filiado à mesma instituição.

municação com a alternativa, representada pela emergência de um Paradigma da Complexidade.

Pierre Bourdieu, ao propor a sociologia prática, não deixa de envolver-se com essa questão. Ao contrário, esse autor francês, desenvolve um raciocínio a respeito de campo científico bastante profícua, para analisar a situação do campo acadêmico da comunicação e sua possível relação com o Paradigma da Complexidade. Por isso, é o exame dessa situação que encaminhará a questão exposta anteriormente.

1 O campo acadêmico da comunicação e sua incompatibilidade com o campo científico

Os aspectos, concernentes à noção de campo científico, serão observados, aqui, com relação ao conceito de campo acadêmico da comunicação. Paralelamente, serão encaminhadas algumas questões que remetem à pertinência da revolução paradigmática. Esse tópico será retomado a seguir.

Para relacionar a noção de campo científico com a de comunicação, recorrer-se-á à visão de Pierre Bourdieu de duas maneiras distintas: Bourdieu por ele mesmo, em A

profissão de sociólogo – Preliminares epistemológicas (1999), e Bourdieu por Renato Ortiz e Florestan Fernandes, em *Pierre Bourdieu: sociologia* (1983).

A preocupação de Pierre Bourdieu em propor uma sociologia prática, por meio da mediação entre o agente social e a sociedade, articulando dialeticamente o ator social e a estrutura social, justifica a pertinência da empresa de Renato Ortiz e Florestan Fernandes, ao reunir textos deste pensador francês, com relação à realidade do campo sociológico. Isso sem falar no debate epistemológico que envolve tal questão.

Com isso, se justifica, também, a escolha desses autores e, sobretudo, do pensamento de Pierre Bourdieu, neste trabalho. Isso porque a questão do campo e, dessa forma, um viés epistemológico, impõe-se, desde já, enquanto tratamento de uma problemática que acompanha a comunicação, entendida em termos da falta de legitimidade por parte do campo do saber.

Da mesma forma, a comparação e a confrontação entre os problemas de reconhecimento pelo campo científico, enfrentados pela sociologia e pela comunicação, estão presentes nas obras de vários autores que se debruçam sobre a questão do campo da comunicação.

Observa-se tal relação entre sociologia e comunicação, por exemplo, quando Fuentes Navarro (1997), antes de abordar os desafios “disciplinários” e “pós-disciplinários” para a investigação da comunicação, compara “as tendências da dissolução disciplinária da sociologia com as de comunicação.” (FUENTES NAVARRO, 1997, p. 219, trad. por Sandra Portella Montardo). Além disso, o mesmo autor, em coro com outros (Krippendorff, Jensen e Jankowski, e Giddens,

somente entre os que Fuentes Navarro citou), remete à emergência de novas sínteses quanto à teoria e à metodologia “na confluência entre ciências sociais e humanidades.” (FUENTES NAVARRO, 1997, p. 219, trad. por Sandra Portella Montardo).

É também desse mesmo autor o sentido que a palavra campo recobrirá, quando relacionada com a comunicação. Para Fuentes Navarro (1994), a noção de campo acadêmico ultrapassa o aspecto, relacionado com o conjunto de instituições de ensino superior. Passa a envolver, também, questões teóricas, investigativas, pontos a respeito da formação universitária e concernentes à profissão.

Este autor, ainda, leva em consideração o conceito a partir das práticas que realizam os atores ou agentes sociais concretos, com o fim de “impulsionar projetos sociais específicos”, no sentido de “estruturas de conhecimento e pautas de intervenção sobre a comunicação social.” (FUENTES NAVARRO, 1994, p. 17, trad. por Sandra Portella Montardo). No entanto, quando se fizer referência a campo acadêmico da comunicação, estar-se-á falando da comunicação somente enquanto área de investigação.

Como já é sabido, o campo acadêmico da comunicação, nos termos propostos, desliza por domínios científicos indefinidos. Com isso, fica decretada a falta de legitimidade científica do campo acadêmico da comunicação, falta esta que tem sido a sua própria história, até então.

Tal angústia é partilhada, também, conforme já foi dito, pelas ciências sociais de modo geral, com as quais a comunicação relaciona-se cientificamente. A título de contraponto, torna-se plausível tomar a posição de Pierre Bourdieu, quanto à situação em que a sociologia prática encontra-se nesses

termos. Leia-se: incompatibilidade com o campo científico, equivalendo à deslegitimidade científica. É interessante identificar, na questão da constituição do campo científico, a força com que os princípios do paradigma da ciência clássica transparecem. Paradigma este que, desde o século XVII, regula, entre outras, as relações entre realidade e conhecimento científico.

Entre esses princípios, figuram, segundo Edgar Morin (1998), os seguintes: expulsão das desordens e do acaso, tidos como epifenômenos ou efeitos de ignorância; redução da ordem natural a um mecanismo universal, assim como dos objetos primeiros da natureza, enquanto unidades elementares simples, que obedecem ao mecanismo universal; “inércia da matéria submetida às ‘leis da natureza’, espacialização e geometrização do conhecimento, que ignora e exclui a irreversibilidade do tempo” (MORIN, 1998, p. 283); isolamento do objeto com relação ao ambiente e ao sujeito que o observa; adoção do princípio de inteligibilidade cartesiana, segundo o qual a clareza e a distinção de idéias são critérios de verdade; redução da verdade científica à verdade matemática e, assim, à ordem lógica, ignorando o não-mensurável, o não-quantificável.¹¹

Ao conceituar campo científico, Bourdieu já explicita o caráter de luta que tal noção encerra. Afinal, se trata de um sistema de relações objetivas entre posições adquiridas. Ou seja, o que vale é adquirir competência científica no que isso disser respeito à “capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade),

¹¹Sobre o paradigma da ciência clássica, segundo Edgar Morin, ver *O método 4. As idéias – Habitat, vida, costumes, organização* (1998), pp-282-283.

que é socialmente outorgada a um agente determinado.”(Pierre Bourdieu *in* ORTIZ, 1983, p. 213).

A outorga desses atributos é proveniente da própria concorrência, ou seja, dos grupos de cientistas. Com o que se evidencia a impossibilidade de delimitar-se os objetos legítimos de discussão, visto que, os conflitos envolvidos quanto a legitimação científica, impedem a existência de interesses puramente científicos. Com isso, Bourdieu, ao mesmo tempo que critica, parece lamentar que haja mais implicações para além das propriamente científicas na luta pela legitimação nesse domínio.

Ainda quanto à questão da outorga da autoridade científica pelos pares-concorrentes, tem-se que o apelo para a uma autoridade exterior acarreta descrédito para o solicitante. Com isso, torna-se pertinente um questionamento da própria definição de ciência, “isto é, da delimitação do campo dos problemas, dos métodos e das teorias que podem ser considerados científicos” (Pierre Bourdieu *in* ORTIZ, 1983, p. 128).

E isso porque, pode-se ver, aqui, o incentivo, para que haja um compromisso maior com o vínculo científico do que com a verdade que se pretende apreender. Esse ítem, como deixa notar, desqualifica a atividade investigativa da comunicação pela raiz, dado a sua condição de negociar noções e conceitos com disciplinas de diferentes domínios científicos.

A luta pela entrada em um campo científico, segundo esse pensador francês, é travada com/contra os dominantes do campo científico. Esse dominantes “são aqueles que conseguem impor uma definição de ciência segundo a qual a realização mais perfeita consiste em ter, ser e fazer aquilo que eles

têm, são e fazem”(Pierre Bourdieu *in* ORTIZ, 1983, p. 128).

Deve-se lembrar que toda a dinâmica do campo científico, aqui observada, diz respeito ao paradigma da ciência clássica, disjuntor e simplificador. Assim, se tem que os critérios de outorga de autoridade científica são baseados na clareza e na possibilidade de disposição do objeto em unidades elementares.

É assim que Bourdieu (1999) justifica o interesse de alguns cientistas sociais pelas ciências da natureza. Isso no sentido de que essas ciências gozam de prestígio com relação aos critérios de funcionamento do campo científico. Dessa maneira, há uma tendência entre certos cientistas sociais, ao tomarem de empréstimo os princípios que regem a epistemologia das ciências da natureza, para fundar uma epistemologia das ciências dos homens.

Quanto a isso, Bourdieu (1999) aponta para o risco de erros a que a prática sociológica expõe-se. O que Bourdieu deixa de frisar, no entanto, são os princípios da ciência clássica que regem todo o funcionamento, a organização e a estrutura do campo científico. Atribuir o prestígio de que gozam as ciências da natureza não é suficiente. O que deveria servir como explicação é o tipo de tratamento teórico que essas ciências recebem, face a um paradigma disjuntor e simplificador que orienta e é orientado pela importância, representada pelo campo científico.

No entanto, na tentativa de fuga dos erros que podem ser decorrentes dessa tendência, apenas configura-se um novo tipo de vínculo. Segundo Bourdieu (1999), a crítica que constantemente observa-se na história das idéias, faz-se contra o positivismo mecanicista, de modo que se justifique “o ca-

ráter subjetivo dos fatos sociais e sua irreduzibilidade aos métodos rigorosos da ciência” (BOURDIEU, 1999, p. 16).

Entretanto, parece que o reconhecimento do caráter subjetivo dos fatos sociais, mais do que servir de pretexto, para indicar a incompatibilidade parcial com as ciências dos homens, reivindica uma transformação nas formas de legitimar-se o saber. O que requer, por sua vez, toda uma discussão paradigmática, tal como propõe Edgar Morin, principalmente em *O método 4. As idéias – Habitat, vida, costume e organização* (1998). Assim, se constata o fato de que a autonomia no campo científico ultrapassa a questão da verdade científica. Da mesma forma, tem-se que uma sociologia oficial só mantém uma certa cientificidade, através de interpretações positivistas dos fenômenos sociais, vistos os critérios de inteligibilidade do paradigma da ciência clássica.

Frente a isso, Bourdieu propõe que, dado ao fato de que as fronteiras entre os saberes comuns e a ciência, em sociologia, serem mais imprecisas do que em outras disciplinas, haja uma vigilância epistemológica no campo sociológico. Vale ressaltar que, provavelmente, tal vigilância epistemológica dar-se-ia em nome da manutenção do campo científico. Ou seja, tratar-se-ia de uma instituição no seio da sociologia, que visaria a adequá-la às leis do campo científico. Como se, para isso, estivesse-se mais disposto a cumprir as exigências do campo científico do que as solicitações teóricas dos fatos sociais.

Bourdieu, assim, faz uma descrição do campo científico de modo que deixa transparecer todo o núcleo lógico de que se vale o paradigma da ciência clássica. Por outras palavras, princípio da identidade (impossibilidade de uma coisa existir e não exis-

tir ao mesmo tempo), da não-contradição (ou melhor, da não-contradição, segundo o qual nada pode pertencer e não pertencer ao mesmo sujeito, ao mesmo tempo e na mesma relação) e do terceiro excluído (toda a proposição dotada de significação só pode ser verdadeira ou falsa, não restando outra alternativa)²². O tom de lamento perceptível em seu discurso, denuncia a situação de impotência pela qual a sua sociologia prática passa frente aos cânones científicos.

Com isso, se pode dizer que Bourdieu, é bastante convincente tanto na descrição do campo científico, quanto no reconhecimento do problema da sociologia prática com relação a este. No entanto, parece não estar disposto a enfrentar este problema. Ou, pelo menos, não sabe como. Tanto que Bourdieu sugere que se deve deixar de lado o questionamento acerca do fato de a sociologia ser ou não uma ciência, ou constituir uma ciência diferente, para passar-se a saber qual o modo mais propício de que se assegure o controle estritamente científico. Isso em termos do questionamento sobre as possibilidades de produtividade essencialmente científica de acordo com os limites impostos pelo campo considerado.

Tendo-se em vista não só as considerações de Pierre Bourdieu a respeito de campo científico, mas também a situação que a sociologia enfrenta com relação a este campo, pode-se fazer referência a alguns aspectos do campo acadêmico da comunicação.

Um deles é que, assim como a sociologia, nos moldes de Bourdieu, também na comunicação as fronteiras entre o saber comum e

a ciência são mais imprecisas. Pode-se dizer que tal imprecisão está associada ao próprio objeto de estudo dessas áreas do conhecimento, que é o homem. Homem este carregado de uma subjetividade que as ciências humanas, de maneira geral insistem em ignorar. E tudo em nome da objetividade, da clareza e da distinção solicitadas pelo campo científico.

Além disso, o campo acadêmico da comunicação transita entre diferentes limites do saber, fazendo comunicar noções e conceitos entre um e outros. Essa condição já é o suficiente, para desqualificar o campo acadêmico da comunicação frente o campo científico, visto que não há uma delimitação suficientemente clara na relação entre o campo acadêmico da comunicação e os demais campos do conhecimento.

Vale ressaltar, também, que todas as tentativas de ajuste do campo acadêmico da comunicação com o campo científico, na América Latina, têm resultado na perda do próprio processo comunicacional em sua integralidade, com o que se compromete, por consequência, a validade da investigação em questão. Na tentativa de ajuste ao campo científico, não poucas correntes de estudos da comunicação prestaram-se a fragmentar o processo comunicativo em emissor, mensagem e receptor, por exemplo, tendo-se por vista, quer isto estivesse claro ou não, uma maior identificação com as solicitações do campo científico.

Por fim, pode-se dizer que tais considerações apontam para duas questões inter-relacionadas. A primeira delas concerne à necessidade de reflexão acerca do papel da comunicação enquanto elemento investigativo. Isso em termos de que se encontrem

²² Mais sobre estes três princípios, originados na obra de Aristóteles, *Organon*, do século IV a.C., e apontados por *O método 4. As idéias – Habitat, vida, costumes e organização* (1998), p. 219.

maneiras de assegurar-se a integralidade do processo comunicacional a ser investigado.

Uma reflexão nesse sentido tem referência direta com a segunda questão. Trata-se de uma discussão paradigmática, tal como proposta por Edgar Morin, em *O método 4. As idéias – Habitat, vida, costumes, organização* (1998). Afinal, conforme foi mostrado, o paradigma da ciência clássica, na medida em que baliza a estrutura e o funcionamento do campo científico, elege o campo científico como único saber legítimo na sociedade contemporânea.

Com isso, tanto o campo acadêmico da comunicação, quanto às questões a ele concernentes, acabam por não dispor da legitimidade de qualquer estatuto de saber. E tudo porque o custo de alcance da legitimidade científica do campo acadêmico da comunicação implica no comprometimento do próprio processo comunicacional.

Assim, se tem que a necessidade de legitimação do saber do campo acadêmico da comunicação liga-se a uma questão ainda maior. Trata-se da pertinência da emergência de um novo paradigma, capaz de, ao menos, questionar os critérios que regem as relações de conhecimento em nossa sociedade.

Observado o elo que se aproxima, o ítem que segue tratará de uma alternativa para o campo acadêmico da comunicação, com a Teoria das Mediações, segundo Jesús Martín-Barbero. Isso, na medida em que se ressalte os pontos de contato entre essa proposta teórica e a de Edgar Morin, no que se relaciona ao Paradigma da Complexidade.

2 Comunicação enquanto mediação

Antes que se aborde questões relativas à obra de Jesús Martín-Barbero em questão, é válido que se faça alguns comentários a respeito do tratamento que esta receberá em função deste ensaio. O termo “Teoria das Mediações”, até então, não foi utilizado nem pelo autor espanhol, nem por nenhum teórico que se referisse a essa questão. Trata-se de uma convenção que pela primeira vez vai ser utilizada. Assim, Teoria das Mediações designa as constatações, através das quais Martín-Barbero propõe que se desloque o foco de análise da comunicação dos meios para as mediações, ou seja, “para as articulações entre práticas de comunicação e de movimentos sociais, [...] as diferentes temporalidades e [...] a pluralidade de matrizes culturais”(MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 258).

Outro aspecto interessante de notar é a trajetória de Jesús Martín-Barbero ao elaborar a Teoria das Mediações. A intenção de Martín-Barbero, ao escrever *Dos meios às mediações - Comunicação, cultura e hegemonia* (1997), era investigar o papel que os meios massivos exerceram nas diversas fases de modernização da América Latina. Em meio a essa investigação, esse autor espanhol testemunha um quadro de transformações sociais, econômicas e políticas, que irrompia na América Latina, a partir das décadas de trinta e de cinquenta do século XX. Além disso, deparou-se com as reduções praticadas e não alegadas pelas maneiras através das quais a comunicação recebeu tratamento teórico nessa região.

Isso foi o suficiente, para que Martín-Barbero (1997) percebesse a pertinência em

propor uma nova perspectiva de abordagem da comunicação, na qual se passasse da análise dos meios para as mediações. Tal perspectiva centra a comunicação nas mediações, sendo cultura e política as mediações constitutivas. É a partir dos pressupostos teóricos e metodológicos da Teoria das Mediações que ocorre a abertura dessa teoria para o Paradigma da Complexidade.

A incidência de tal deslocamento teórico-metodológico na análise dos meios de comunicação, sugerida pelo título do livro, está ligada ao fato de que a história dos meios de comunicação vinha sendo escrita em termos da estrutura econômica ou do conteúdo ideológico dos meios. Dessa forma, não era levado em conta o estudo “das mediações através das quais os meios adquiriram materialidade institucional e densidade cultural.” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 228).

A escassez de mediações políticas e culturais na história dos meios, Martín-Barbero (1997) atribui ao espaço cultural ter sido deixado de lado na história da América Latina. Isso na medida em que as mediações foram privilegiadas pelos registros cultos, como por exemplo, a Arte e a Literatura. Para o autor, levar em conta o espaço cultural de uma sociedade em seu tempo equivale a focalizar o lugar onde se articula o sentido que os processos econômicos e políticos têm para esta sociedade.

O mesmo vale, portanto, para o caso dos meios de comunicação de massa, já que estes devem ser entendidos “a partir dos processos culturais enquanto articuladores das práticas de comunicação – hegemônicas e subalternas – com os movimentos sociais.” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 228). Ou seja, prestar atenção aos meios de comunicação, enquanto suas mediações no espaço

cultural, consiste em apreender os modos de apropriação destes por meio das sociedades às quais eles dirigem-se.

Frente a isso, Martín-Barbero (1997) pontua que devido à influência, tanto de processos de transnacionalização, quanto da emergência de sujeitos sociais e de identidades culturais novas, “a comunicação está se convertendo num espaço estratégico a partir do qual se pode pensar os bloqueios e as contradições que dinamizam essas sociedades-encruzilhada, a meio caminho entre um subdesenvolvimento acelerado e uma modernização compulsiva.” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 258).

Com a identificação das versões, através das quais a modernidade configura-se na América Latina, então, Martín-Barbero (1997) aponta que o debate deve deslocar-se dos meios às mediações. Por mediações, esse autor entende “as articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais, [...] as diferentes temporalidades e [...] a pluralidade de matrizes culturais.” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 258).

Percebe-se, com isso, que a comunicação para Martín-Barbero não constitui um fim, mas um meio de apreensão de conhecimento. É nesse sentido que a comunicação será tratada: em termos de seu papel de viabilizadora do conhecimento.

Ainda sobre o deslocamento, sugerido pelo título da obra em questão, tem-se que esse autor espanhol, radicado na Colômbia desde 1963, deslocou a sua própria análise sobre a cultura e, logo, de temas que se ligam à comunicação, dos meios para as mediações. Por outras palavras, *Dos meios às mediações – Comunicação, cultura e hegemonia* foi lançado pela primeira vez em 1988, aproximadamente dez anos

após Martín-Barbero ter escrito *Comunicação massiva: discurso e poder*.

Explica-se: Martín-Barbero, intelectual de origem filosófica, deparou-se com a problemática da comunicação na época em que, mais tarde, ele próprio veio a definir como sendo vigente a etapa “ideologista” da investigação em comunicação na América Latina. Para o autor, tal etapa, que tem início no final dos anos sessenta, caracteriza-se por ter tratado a comunicação pelo viés dos meios de comunicação de massa, sob uma ótica particular. Tais meios eram considerados, apenas, enquanto veiculadores da mensagem ideológica dos detentores desses meios, sendo que aos receptores-dominados cabia apenas receber passivamente essa a mensagem.

Em seguida, Martín-Barbero (1997) identifica uma segunda etapa de pesquisa em comunicação na América Latina, a partir de meados dos anos setenta. Trata-se da etapa “cientificista”, cujo contorno positivista “proíbe a problematização de tudo aquilo que não tivesse correspondência com um método”. (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 279). Em função dessa etapa, em que a teoria da comunicação deveria ordenar o seu campo e fixar seus objetivos. Assim, a fragmentação do processo comunicacional em análise da mensagem e da recepção constituía “garantia de rigor e critério de verdade”. (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 281). Dessa maneira, dissolvia-se o político, sendo que a própria formulação dos problemas em comunicação encontrava-se comprometida.

Com o tempo, juntamente com outros teóricos dos estudos socioculturais, Martín-Barbero (1997) passou a suspeitar de tais pressupostos. A essa suspeita o autor associa o que veio a chamar de desencontro entre

método e situação, tanto nos estudos de comunicação, como nos estudos das disciplinas com as quais a comunicação relaciona-se, nessa região. Por outras palavras, os conflitos, as contradições e as lutas passaram a ter interesse para alguns desses estudiosos, ao contrário do que ocorria na etapa precedente. Assim, se passou a revelar as cores das resistências, operadas pelos receptores da cultura de massa, através dos usos que faziam, tanto dos meios, quanto das mensagens veiculadas por estes, dotando de sentido a sua própria existência.

Com isso, acredita-se que vem à tona, mais facilmente, a “verdade cultural” dos países da América Latina. Isso em termos da mestiçagem característica desses povos, tanto no plano racial, quanto no plano social e econômico dessa região. O mesmo ocorria com relação ao imaginário que permeia e é permeado por tal condição. Dito de outra maneira, é crescente uma consciência de que a questão da comunicação na América Latina, na atualidade, diz mais respeito às mediações que aos meios, considerando a dimensão cultural que aí inscrevesse. Fica, com isso, atestado os limites de uma teoria que se pautou, até então, na homogeneização imposta pelo capital, tão cara à etapa “ideologista”, conforme será observado. Ou, então, uma teoria marcada pela necessidade de increver-se no campo científico a qualquer custo, nos termos em que Martín-Barbero (1997) descreve a etapa “cientificista”.

Frente a isso, Martín-Barbero (1997) anuncia o seu objetivo da sua obra em questão: “mudar o lugar das perguntas, para tornar investigáveis os processos de constituição do massivo para além da chantagem culturalista que os converte inevitavelmente em

processos de degradação do cultural. E, para isso, investigá-los a partir das mediações e dos sujeitos, isto é, a partir das articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais.” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 17).

Feitas tais observações gerais acerca de Jesús Martín-Barbero, bem como da sua obra que fundamenta este ensaio, deve passar-se para um aprofundamento desta. Isso, de acordo com os três pontos, que são: a questão do sujeito, a realidade em sua descontinuidade e a Transdisciplinaridade. No entanto, é válido que se verifique, primeiramente, aspectos relativos ao Paradigma da Complexidade, de Edgar Morin. Tais aspectos vão ser observados em função dos três pontos ressaltados anteriormente, para que se possa estabelecer a relação entre as duas propostas teóricas.

3 Sobre o Paradigma da Complexidade

Para que se entenda o que Edgar Morin pretende ao indicar a importância da emergência do Paradigma da Complexidade, deve-se antes ter conhecimento sobre o que o autor entende por paradigma. Segundo a formulação de Morin (1998), o paradigma é o organizador dos sistemas de idéias, de modo a orientar o modo como o indivíduo conhece, pensa e age. Isso, é claro, de acordo com o paradigma ao qual esse indivíduo está inscrito culturalmente. Quanto a isso, Morin (1998) ratifica:

Essa definição de paradigma caracteriza-se ao mesmo tempo por ser semântica, lógica e ideo-lógica. Semanticamente, o paradigma determina a inteligibilidade

e dá sentido. Logicamente, determina as operações lógicas centrais. Ideologicamente, é o princípio primeiro de associação, eliminação, seleção que determina as condições de organização das idéias. É em virtude desse triplo sentido gerativo e organizacional que o paradigma orienta, governa a organização dos raciocínios individuais e dos sistemas de idéias que lhe obedecem. (MORIN, 1998, p. 268).

Morin (1998), ao falar sobre as possibilidades de definição de um paradigma, aponta para dois critérios. O primeiro diz respeito à promoção, seleção de categorias mestras de inteligibilidade, em termos de constituir o “princípio de seleção/rejeição das idéias que serão integradas no discurso ou na teoria ou descartadas e recusadas.” (MORIN, 1998, p. 269). O segundo, corresponde à determinação das operações lógicas mestras, privilegiando, assim, algumas operações lógicas ao invés de outras.

Dessa forma, percebe-se que o paradigma permeia, não só a computação de idéias, mas também a cogitação, pelo poder que tem de ser transubjetivo, ao mesmo tempo que controla a lógica que o controla. O paradigma, da mesma forma, fornece um princípio de coesão-coerência que ajusta os conceitos, inerentes a um sistema de idéias. Com isso, produz a sua verdade, na medida em que garante as condições de inferência e de demonstração de suas proposição. O paradigma, ainda para Morin, “organiza a organização e gera a sua geração ou regeneração.” (MORIN, 1998, p. 271). Mesmo sendo obscuro, inconsciente e oculto, o paradigma intervém no pensamento consciente.

O Paradigma da Complexidade, no entanto, mostra a sua pertinência na medida em que contrasta com o paradigma da ciência clássica. Isso no sentido de pressupor as mesmas relações, percebidas pelo paradigma da ciência clássica sob um novo viés. Este último pode ser concebido como o paradigma que rege as relações entre indivíduo e o mundo desde o século XVII. Neste ensaio, a parte que trata sobre o campo científico traz suas principais características, além dos princípios lógicos que o sustentam.

Dentro dessa perspectiva, vale prestar atenção nos princípios de inteligibilidade proferidos/requeridos pelo que pode vir a ser um Paradigma da Complexidade. Isso de acordo com a disposição que esses princípios recebem em *Ciência com consciência* (1996), de Edgar Morin.

Antes disso, no entanto, cabe ressaltar os princípios que regem o pensamento complexo. O primeiro deles é o princípio dialógico, que permite que se mantenha uma unidade a partir de uma dualidade. Trata-se de associar dois termos, simultaneamente, complementares e antagônicos. Já o segundo princípio é o da recursão organizacional. “Um processo recursivo é um processo em que os produtos e os efeitos são ao mesmo tempo causas e produtores daquilo que os produziu” (MORIN, 1991, p.89), ao contrário da idéia linear de causa/efeito do paradigma simplificador. Morin (1991) estende o princípio da recursão organizacional à relação sociedade/homem e a todas as questões aí aplicadas. Para finalizar, o terceiro princípio é o hologramático. O que significa, para Morin (1991), que, do mundo biológico ao mundo sociológico, o todo está nas partes e as partes estão no todo. O que

liga a idéia hologramática à recursiva e, esta à dialógica em parte.

Os treze mandamentos que Edgar Morin (1996) professa serão agrupados, observando três aspectos: a questão do sujeito, da realidade em sua descontinuidade e da Transdisciplinaridade. Tais aspectos serão identificados, é sabido, na Teoria das Medições. A coerência que a complexidade, enquanto sistema de pensamento, apresenta faz com que um dos princípios, citados acima, encontre-se, de alguma maneira, nos outros e vice-versa. Tais características são as que seguem:

1. Importância da inteligibilidade a partir do local e do singular, ainda que a universalidade esteja prevista, com reservas.
2. Necessidade de comportar as intervenções da história e do eventual nas descrições e explicações científicas.
3. Isolar unidades simples na base do universo físico para, posteriormente, ligar o conhecimento dessas partes simples ao conhecimento dos conjuntos e dos sistemas. “Julgo impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, como conhecer o todo sem conhecer particularmente as partes.” (Pascal apud MORIN, 1999, p. 332).
4. “Princípio da incontornabilidade da problemática da organização [...] e da auto-organização” (MORIN, 1996, p. 332), em termos de se levar em conta questões sobre astros físicos, seres biológicos e entidades antropossociais.
5. “Princípio de causalidade complexa, comportando causalidade múltipla

inter-relacionada (Maruyama), inter-retroações, atrasos, interferências, sinergias, desvios, reorientações.” (MORIN, 1996, p. 332)

6. Considerar a problemática da organização e da aleatoriedade na busca da inteligibilidade.
7. Distinguir, mas não separar o objeto ou o ser de seu ambiente.
8. Estabelecimento da relação entre o observador/concebedor e o objeto observado/concebido. Ou, por outras palavras, operar um retorno do sujeito.
9. “Possibilidade e necessidade de uma teoria científica do sujeito.” (MORIN, 1996, p. 333).
10. Introduzir e reconhecer física e biologicamente as categorias do ser e da existência.
11. Reconhecimento científico da noção de autonomia a partir de uma teoria da autoprodução e da auto-organização.
12. Atestar os limites da lógica nos sistemas formais complexos, considerando as contradições como indicadoras de domínio desconhecido ou profundo da realidade. “Princípio recursivo complexo, comportando a associação de noções complementares, concorrentes e antagônicas.” (MORIN, 1996, p. 334).
13. “Há que pensar de maneira dialógica e por macroconceitos, ligando de maneira complementar noções eventual-

mente antagônicas”(MORIN, 1996, p. 334).³³

Com isso, pode-se dizer que a complexidade pretende a produção ou a determinação de um critério de inteligibilidade, de maneira a tornar mais abrangente e procedente a pequena parcela de apreensão pelo conhecimento que a realidade permite.

Dessa maneira, a questão complexa do conhecimento teórico está colocada, de forma a permitir que dela possa extrair-se pontos a serem postos em relação com a Teoria das Mediações, de Jesús Martín-Barbero. Os termos em que se procede essa relação estão no capítulo que segue.

4 A Teoria das Mediações e o Paradigma da Complexidade em três pontos

Conforme já foi colocado, aqui serão postos em relação os dois sistemas teóricos mencionados anteriormente. Tal relação será balizada pelos três pontos que seguem: a questão do sujeito, a realidade em sua descontinuidade e a transdisciplinaridade.

Quanto ao papel desempenhado pelo sujeito social em formação, em função dos processos analisados por Martín-Barbero (1997), tem-se que este, a partir de sua ação, interfere no curso da história. Afinal, esse sujeito social é promotor de interação entre toda uma dinâmica cultural e a gestação das novas identidades na qual ele mesmo incluiu-se. Nota-se, com isso, a relevância da subjetividade popular, proveniente da sua experiência, como ponto de identificação de uma

³³ Mais sobre essas características, segundo Edgar Morin, em *Ciência com Consciência* (1996), pp.332-334.

compreensão do sujeito social enquanto fator de intervenção na vida social.

Deve-se ressaltar a influência das obras de Walter Benjamin e de Antonio Gramsci quanto a essa concepção de sujeito, para Martín-Barbero (1997). Do primeiro, esse autor espanhol apropria a importância da experiência social do povo para a análise de fenômenos da sociedade. Do segundo, o conceito de hegemonia. Isso em termos de que uma classe só exerce a hegemonia em uma sociedade na medida em que haja uma identificação dos interesses das classes subalternas com os seus. Assim, se tem que quando Gramsci fala de hegemonia, está pressupondo um processo que reconhece a intervenção do sujeito.

A percepção de sujeito, para Morin (1991), pode ser identificada por meio de alguns dos treze mandamentos de complexidade. “Possibilidade e necessidade de uma teoria científica do sujeito” (MORIN, 1996, p. 333), por exemplo, é o nono mandamento. Através dele, Morin (1996) vislumbra a possibilidade e a necessidade do retorno do sujeito nas relações científicas com o objeto, pela via da microfísica e da cibernética, com o conceito de auto-organização. Pela primeira via, verifica-se a relação e a incongruência de um com o outro. Pela segunda, a desorganização organizadora, onde os sistemas abertos colocam-se em interdependência com um ecossistema. Assim, sujeito e objeto fazem parte um do outro. O que, por sua vez, introduz a questão da incerteza, como alavanca do conhecimento.

Essa questão torna-se mais compreensível, quando se considera a questão do conhecimento, tal como em *O método 3 – O conhecimento do conhecimento* (1999). Nesses termos, o conhecimento do conhecimento

enfrenta “o paradoxo de um conhecimento que só é o seu próprio objeto porque emana de um sujeito” (MORIN, 1999, p. 33). Sem render-se ao subjetivismo, trata-se de enxergar o problema complexo de que o sujeito cognoscente, já que permanece consciente, torna-se objeto do seu conhecimento. Isso, com toda a carga de aleatoriedade, insuficiência e de modéstia que requer, afinal os sistemas observadores são sistemas humanos que devem ser compreendidos e concebidos também como sujeitos.

Como já pôde-se perceber, essa questão referente ao sujeito, para Morin (1996), não o considera apenas como investigador. Trata-se, também da “necessidade de introduzir o sujeito humano – situado e datado, cultural, sociológica, historicamente – em estudo antropológico ou sociológico” (MORIN, 1996, p. 333). Ou seja, trata-se de entender o sujeito também como objeto de investigação. Afinal, para Morin, “o sujeito é necessariamente um ser objetivo e passível de objetivação, enquanto o objeto de conhecimento comporta necessariamente as operações/construções/traduições do sujeito” (MORIN, 1999, p. 256).

Assim, por um lado, tem-se a subjetivação do sujeito pelo pensamento complexo, visto que se requer o retorno do sujeito, enquanto fator de complexidade na relação com o objeto, bem como a objetivação desse sujeito e vice-versa. E, por outro, a subjetivação do objeto, prevista pela Teoria das Mediações. O que nos leva a perceber, a abertura que a Teoria das Mediações encontra no Paradigma da Complexidade, pela chave do sujeito.

Considerando a Teoria das Mediações, tem-se que esse sujeito imprime as discontinuidades próprias da realidade, como tal

ela se apresenta. Vale ressaltar, aqui, em que sentido a realidade será vista como descontínua. Realidade descontínua diz respeito, aqui, a uma realidade que não tem nada de linear por si só, como quis a razão ilustrada e as correntes de pensamento que nela inspiram-se. Nesses termos, a realidade é tomada como considerando a dinâmica da história em consonância com a ação do sujeito social. Sujeito social este que reveste a sua ação não somente de aspectos racionais, mas também de sentimentos, de paixões, de raivas e de medos.

Tal realidade descontínua pode ser visível na música que as massas ouvem, e que reinventam, nos programas e filmes assistidos, os quais vão adquirir o sentido que a recepção der a eles, nos novos usos que as inovações tecnológicas passam a ter nas mãos de indivíduos, acolhidos pelas identidades culturais em formação, entre outras situações. Isso sem falar no fato de que os interesses dos produtores culturais, em maior ou menor grau, balizam-se face a essa interação.

No entanto, a realidade em sua descontinuidade foi, na maior parte do tempo, percebida pela literatura, como alerta Martín-Barbero (1997). As ciências sociais, de modo geral, entre as quais se pode incluir boa parte dos estudos em comunicação, ocuparam-se, em grande parte, em fragmentar a realidade. Ao promover cortes na realidade, as ciências sociais limitavam a visualização dos movimentos os quais, justamente, buscavam dar conta. Tal desencontro entre método e situação, conforme nomeia Martín-Barbero (1997), contudo, não deve ser pensado separadamente de uma preocupação que mais do que a ver com a realidade cultural latino-americana, via-se às voltas com a sua legitimação científica.

É aqui que, novamente, justifica-se a passagem dos meios às mediações, no sentido de pensar-se o que se passa na controvertida implantação da modernidade nos países latino-americanos. E isso tanto na fase da constituição do massivo nesses países, quanto na fase de expansão do capitalismo, através da transnacionalização econômica, que nesse “sub-continente”, confunde-se com aspectos culturais. Isso tudo, é claro, levando-se em conta, conforme indica o pensador espanhol, o lugar estratégico ocupado, pela comunicação no que se refere a refletir sobre tais processos.

Assim, é em meio a essa realidade que, ao propor um mapa noturno para o estudo da comunicação, a partir do espaço das mediações, Martín-Barbero (1997) propõe, também, ao invés de novos questionamentos, novos lugares, para responder a esses questionamentos. Trata-se, então, de investigar-se as brechas, o consumo e o prazer, sob as chaves da cotidianidade, do consumo e das leituras possíveis.

Já para o autor francês, a realidade em sua descontinuidade é visível principalmente nos mandamentos cinco, seis e doze. O quinto mandamento da Complexidade, conforme o que segue, é devedor, em grande medida, do princípio de recursão organizacional, bem como do princípio hologramático. Do primeiro, vem a idéia de que tudo o que produz é, também, produzido por aquilo que produz. Do princípio hologramático, resulta a questão de que as partes estão no todo e o todo está nas partes.

Isso porque, em função do quinto mandamento, Morin ressaltava a emergência da “causalidade complexa, comportando causalidade mútua inter-relacionada, [...] inter-retroações, atrasos, interferências, sinergias,

desvios, reorientações, princípio de endo-exocausalidade para os fenômenos de auto-organização.” (MORIN, 1996, p. 332).

Os mandamentos seis e doze, ao contrário dos mandamentos, analisados até então, por sua vez, guardam uma relação mais próxima do princípio dialógico da complexidade. Esse princípio consiste em fazer possível que se mantenha “a dualidade no seio da unidade.” (MORIN, 1991, p. 89). Isso no sentido de associar dois termos que sejam, simultaneamente, complementares e antagônicos.

Esses dois mandamentos estão profundamente relacionados. O atestado de limitação da lógica nos sistemas complexos, deixa entrever a alternância, existente entre a necessidade de organização e da aleatoriedade enquanto fatores de inteligibilidade.

De acordo com esses mandamentos, bem como com os princípios que os regem, tem-se que a dinâmica que envolve a ordem e a desordem na organização complexa da vida, diz respeito à organização complementar entre os termos antagônicos numa associação. Com isso, se revela a descontinuidade na física e na biologia, de modo que essa esteja presente, hologramaticamente, na realidade antropossocial.

Por outras palavras, as relações investigativas, previstas pelo Paradigma da Complexidade, além de o objeto poder ser subjetivado pelo sujeito que o investiga, também a realidade a ser investigada, por si só, já é plena de descontinuidade, pelos aspectos apontados anteriormente. O que requer, então, um instrumento teórico-metodológico que contemple essas relações, a fim de apreendê-las tais como elas se apresentam.

Para inserir a questão da Transdisciplinaridade nesse contexto, Martín-Barbero

(1992) lembra de alguns pontos da trajetória da pesquisa na América Latina, que envolvem o campo acadêmico da comunicação. Frente a tal trajetória, Martín-Barbero propõe que “mais decisivo do que a tematização explícita de processos ou aspectos da comunicação nas disciplinas sociais é a superação da tendência a adscrever os estudos de comunicação a uma disciplina e a consciência crescente de seu estatuto transdisciplinar”(MARTÍN-BARBERO, 1992, p. 29, trad. por Sandra Portella Montardo).

Ainda para este autor, um fundo de reflexão “transdisciplinária” daria conta não só dos objetos definidos pelos modelos teóricos, desenvolvidos no campo acadêmico da comunicação. Também as dimensões básicas que constituem o objeto da filosofia, da sociologia e da antropologia, por exemplo, seriam consideradas. Assim, o espectro que recobre as questões referentes à comunicação seria ampliado.

Frente a isso, emerge a Transdisciplinaridade, enquanto caminho teórico-metodológico capaz de dar conta da comunicação, pensada a partir do espaço das mediações. Isso, uma vez que a Transdisciplinaridade nos estudos da comunicação impeça a dissolução dos objetos da comunicação nos de outras disciplinas. Pelo contrário, para o autor espanhol, a Transdisciplinaridade, nesse campo acadêmico, deve significar “...a construção das articulações - mediações e intertextualidades – que fazem a sua especificidade”(MARTÍN-BARBERO, 1992, p. 29, trad. por Sandra Portella Montardo).

No entanto, Martín-Barbero não deixa de observar que a transdisciplinaridade tem sido “...acusada de falta de rigor e de seriedade

metodológica...” (MARTÍN-BARBERO, 1996, p. 60, trad. por Sandra Portella Montardo). É claro, que tal acusação baseia-se nos critérios vigentes no paradigma da ciência clássica.

Apesar de ter sua evidência espalhada, entre os treze mandamentos do Paradigma da Complexidade, o sétimo mandamento faz menção a um pré-requisito básico para que a transdisciplinaridade mostre-se pertinente. Trata-se do “princípio da distinção, mas não de separação, entre o objeto ou o ser e seu ambiente.” (MORIN, 1996, p. 333). Isso, também, nos planos físico e biológico.

Isso porque, em parte, uma abordagem da realidade em sua complexidade, bem como de um pensamento complexo, prevê a necessidade e a possibilidade da unidade da ciência. Para tanto, tal unificação deve ser complexa, já que não pode ser reducionista. Uma vez que deve apreender, simultaneamente, a unidade e a diversidade, a física, a biologia e a antropologia deixam de ser entidades fechadas, sem perder, contudo, a sua identidade.

Deve-se fazer notar que o positivismo lógico tentou promover uma unidade da ciência. A diferença dessa tentativa com a da Complexidade está na redução sobre a qual o positivismo se baseou. Isso sem falar no fato que o positivismo excluía toda contradição, incerteza e ambigüidade da realidade a qual acreditava espelhar.

Morin (1996) ilustra a importância da Transdisciplinaridade ao seguir Thomas Kuhn. Este afirma, ao ser citado por Morin (1996) que toda a ciência é transdisciplinar, por se tratar de transformação dos princípios que organizam o conhecimento e não de acúmulo de conhecimento. Mesmo que clandestinamente e inconscientemente, as teorias

que se revelaram fundamentais, como o marxismo, o freudismo e o estruturalismo, desrespeitaram as fronteiras disciplinares para se construírem.

Ainda quanto ao problema dos limites disciplinares, Morin (1996) afirma que a interdisciplinaridade não se tem mostrado como sendo suficiente para ultrapassar essa questão. Afinal, através da interdisciplinaridade, “cada disciplina pretende primeiro fazer reconhecer sua soberania territorial, e, à custa de algumas magras trocas, as fronteiras confirmam-se em vez de se desmoronar.” (MORIN, 1996, p.135).

Frente a isso, a principal solicitação da Transdisciplinaridade, para se configurar no pensamento complexo, permitindo-o, está no sétimo mandamento. Isso no que se refere ao reconhecimento do sujeito na relação com o objeto e tudo o que aí está implicado. Levar-se em consideração as condições históricas, sociais e culturais do sujeito é uma delas. Do mesmo modo, deve-se poder disjuntar as realidades sem operar redução de um nível ao outro, ainda que se consiga diferenciá-los.

Assim, Morin reforça a necessidade de promover-se “uma nova transdisciplinaridade, de um paradigma que, decerto, permite distinguir, separar, opor, e, portanto, dividir relativamente esses domínios científicos, mas que possa se comunicarem sem operar a redução.” (MORIN, 1996, p. 138).

Portanto, Morin afirma que “transdisciplinar significa hoje indisciplinar.” (MORIN, 1991, p. 62). Tal afirmação vem a sintonizar a Transdisciplinaridade com o pensamento complexo, dada as características e os princípios que o alicerçam. Isso em termos de, por exemplo, a comunicação entre as ciências e a ciência transdisciplinar, tendo-se em vista que o antropossocial remete ao bioló-

gico, que remete ao físico, que remete ao antropológico. Torna-se visível, com essa possibilidade, a base dialógica e recursiva organizacional do Paradigma da Complexidade.

Feitas essas observações, vislumbra-se com a Transdisciplinaridade mais uma chave de relação entre a Teoria das Mediações e o Paradigma da Complexidade. Dois sistemas teóricos esses que, além de poderem ser postos em relação por meio dos três pontos, salientados, coincidem já no ponto de partida de cada um. Ou seja, no questionamento da tradição científica tal como ela se apresenta.

5 Bibliografia

- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. *A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- FUENTES NAVARRO, Raul. El estudio de la comunicación desde una perspectiva sociocultural en América Latina, *Diálogos de la comunicación*, Peru, n.49, p. 16-25, 1994.
- FUENTES NAVARRO, Raul. Retos disciplinarios y postdisciplinarios para la investigación de la comunicación, *Comunicación y Sociedad*, Guadalajara, n. 31, p. 215-241, set-dec 1997.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. Pensar la sociedad desde la comunicación: un lugar estratégico para el debate a la modernidad. *Diálogos de la comunicación*, Peru, n.33, p. 28-34, 1992.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. Comunicación fin de siglo - Para donde va nuestra investigación? *Revista Telos*, Madri, n. 47, p. 58-64, set-nov 1996.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.
- MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Publicações Instituto Piaget, 1991.
- MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- MORIN, Edgar. *O método 4: As idéias – Habitat, vida, costumes, organização*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1998.
- MORIN, Edgar. *O método 3: O conhecimento do conhecimento*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1999.
- ORTIZ, Renato (org.); FERNANDES, Florestan (coord.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1983.